



Assembleia da República
Gabinete do Presidente
Nº de Entrada 334261
Classificação
05704/02
Data 09 11 24
Número



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número

/XI (1 .ª)

PERGUNTA

Número 318 /XI (1 .ª)

Expeça-se

Publique-se

25/11/09

O Secretário da Mesa

*Mcorreia***Assunto: Apuramento de responsabilidades das ilegalidades cometidas pela****Tratolixo no Ecoparque de Trajouce, concelho de Cascais****Destinatário: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território***Por determinação do S.E.C.P.A.R., à
da Secretaria da Mesa**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

09.11.25

[Handwritten signature]

O Ministério do Ambiente declarou à comunicação social que vai lançar, no início de Dezembro, uma vasta operação de fiscalização às empresas que operam na área dos resíduos e vai obrigá-las a fazerem uma auditoria interna anual, considerando os vários casos de irregularidades que têm vindo a público.

Dentro destes casos, o Bloco de Esquerda salienta a situação registada no Ecoparque de Trajouce, da responsabilidade da Tratolixo, empresa intermunicipal para o tratamento dos resíduos urbanos dos mais de 800 mil habitantes dos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Mafra.

No Ecoparque de Trajouce, durante 20 anos, foram-se sucedendo os actos de má gestão e práticas ilegais. Desde a ausência de licenciamento de várias actividades, à incorrecta impermeabilização e deficiente gestão dos lixiviados do aterro e lixeira selados, ao acondicionamento deficiente do composto e, especialmente grave, à deposição ilegal de 150 mil toneladas de resíduos.

Neste período não houve fiscalização ambiental eficaz, a qual se resumiu a acções muito pontuais e à aplicação de coimas que compensaram os atentados, a que se somou a inacção grave das Câmaras Municipais que fazem parte da estrutura accionista da Tratolixo.

Todos os atentados cometidos também lesaram o interesse das populações, as quais, além de terem pago pelo mau serviço que lhes foi prestado, terão agora de pagar pela reconversão ambiental que urge fazer e que custará, no mínimo, 3,5 milhões de euros.

O Bloco de Esquerda defende desde há muito que sejam apuradas responsabilidades pelos atentados ambientais cometidos no Ecoparque de Trajouce, tendo proposto, em várias ocasiões, a

necessidade de realização de uma auditoria à Tratolixo, por uma entidade independente, com este propósito.

Destas ocasiões salientamos uma reunião de vários representantes do Bloco de Esquerda, no passado mês de Junho com a Secretaria de Estado do Ambiente, onde ficou claro que o Ministério do Ambiente não iria intervir no apuramento das responsabilidades sobre o grave atentado ambiental cometido no Ecoparque e impor transparência na gestão desta empresa.

O Bloco de Esquerda espera que a iniciativa anunciada pelo novo Ministério do Ambiente signifique que serão apuradas responsabilidades pelos actos de má gestão e ilegalidades cometidas ao longo dos anos pela Tratolixo e tanto afectaram as populações e o ambiente.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1. Está a Tratolixo abrangida pela vasta operação de fiscalização às empresas que operam na área dos resíduos anunciada pelo Ministério?
2. A obrigatoriedade de auditorias internas anuais abrange todas as empresas nas áreas dos resíduos? Essas auditorias serão feitas por entidades independentes?
3. Que medidas vai o Ministério tomar para apurar as responsabilidades dos actos de má gestão e ilegalidades cometidos na Tratolixo ao longo dos anos?

Palácio de São Bento, 24 de Novembro de 2009.

A Deputada



Rita Cálvário